

Manuela Ribeiro

*Professora Associada de Sociologia e Desenvolvimento Rural.
Departamento de Economia e Sociologia da Universidade de Trás os
Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal. (mribeiro@utad.pt)*

TURISMO E DESENVOLVIMENTO DE REGIÕES DESFAVORECIDAS: O CASO DE TRÁS OS MONTES E ALTO DOURO – PORTUGAL*

RESUMO

Trás os Montes e Alto Douro (TMAD), é uma região situada no topo interior norte de Portugal, que faz fronteira com Espanha. Aqui as visões, perspectivas e representações vêm sendo construídas *a partir de dentro*, isto é, no interior da própria região, acerca do processo recente e, portanto, ainda muito incipiente, de adoção do turismo como alternativa para o seu desenvolvimento. Trata-se aqui de identificar e caracterizar os principais elementos que compõem o modo como agentes institucionais significativos de TMAD – empresários e representantes de organismos públicos e privados – compreendem e racionalizam a relação entre o turismo e o desenvolvimento da região.

Palavras-chave: turismo; regiões desfavorecidas; desenvolvimento regional.

ABSTRACT

Taken as immediate empirical reference, Trás os Montes and Alto Douro (TMAD), a region located in the up most interior northern part of Portugal, bordering Spain, we'll try to grasp which are the views, the perspectives, the representations emerging inside the region, about the recent and, therefore, still incipient incorporation of tourism in the regional and local development strategies, plans and processes. Based on primary data, as well as, through the analysis of a wide range of written documents, we aim, more specifically, to identify and to characterize the main elements integrating the way how meaningful institutional agents of TMAD – entrepreneurs and representatives of private and public organizations – view and rationalize the relationship between tourism and the development of their region.

Key-words: tourism; less-favored areas; regional development.

INTRODUÇÃO

Em Portugal, a exemplo do que acontece também na generalidade dos países europeus, as regiões do interior, e muito particularmente as regiões de montanha, apresentam hoje um quadro de indicadores de desenvolvimento socioeconômico revelador de uma acentuada precaridade.

Esta situação de causas, contornos e efeitos já sobejamente identificados, colocam como urgente a necessidade de se encontrar formas de suspender e inverter as tendências de sentido negativo – despovoamento, envelhecimento, oferta escassa de emprego não agrário, dificuldades crescentes de competitividade das agriculturas locais, entre outras – que, em maior ou menor grau, vêm caracterizando aquelas regiões.

É precisamente no âmbito da procura de soluções para estas regiões que o turismo ganha notoriedade e suscita consensos, mais ou menos generalizados, quanto aos contributos que pode oferecer ao seu desenvolvimento, sendo cada vez maior o número dos que o consideram, mesmo, o motor e a prioridade do desenvolvimento.

Tomando Trás os Montes e Alto Douro (TMAD) – uma região situada no topo interior norte de Portugal e que faz fronteira com a Espanha¹ – como referência empírica mais imediata, abordaremos, neste artigo, as visões, perspectivas e representações que vêm sendo construídas a partir de dentro, isto é, no interior destas mesmas regiões, acerca do processo recente e, portanto, ainda muito incipiente, de adoção do turismo como alternativa para o desenvolvimento.

* Este texto corresponde, no essencial, a uma versão revista, da comunicação com o mesmo título, apresentada ao X Congresso Mundial de Sociologia Rural, Rio de Janeiro, 30/7 a 5/8/2000.

¹ Ver mapa na página 92.

Partindo de dados recolhidos por investigação (Ribeiro, 2000; Ribeiro e Mergulhão, 2000) e, bem como, da análise de registos documentais de diversa natureza, trataremos, mais especificamente, de identificar e caracterizar os principais elementos que compõem o discurso através do qual os agentes institucionais significativos de TMAD – empresários e representantes de organismos públicos e privados – compreendem e racionalizam a relação entre o turismo e o desenvolvimento da região.

1. A REGIÃO DE TRÁS OS MONTES E ALTO DOURO

Trás os Montes e Alto Douro ocupa uma área de aproximadamente 12.870 km² (AMTAD, 1997:13), que se reparte por dois distritos administrativos: Bragança, na parte norte, e Vila Real, na parte sul; o primeiro engloba um total de 12 o segundo, 14 municípios.

Delimitada, de um lado, por uma sucessão de montanhas de média altitude, que a separam da faixa litoral norte de Portugal e lhe dão sequência natural nos territórios espanhóis com que faz fronteira política, e, por outro lado, pelo rio Douro, cuja nascente a une à Espanha e a sul ao resto do território continental português, Trás os Montes e Alto Douro integra o grupo das regiões menos desenvolvidas do país e da União Europeia.

Com efeito, a economia da região regista ainda um domínio considerável de atividades agrárias, basicamente polarizadas à volta de dois grandes sistemas: uma produção de cariz mediterrânica, nos terrenos adjacentes ao vale do rio Douro, onde predomina a olivicultura, e, muito especialmente, a vinicultura, que, para além de vinhos de mesa, é responsável pelo famoso vinho do Porto e uma agricultura típica de montanha, no remanescente territorial.

Mapa de Portugal e localização de Trás os Montes e Alto Douro (TMAD)



Adversamente condicionado pelas características físicas da região – clima, topografia, qualidade dos solos, entre outros –, limitado por sérias e resistentes deficiências estruturais, e escassamente modernizado, o sector agrário regional vem, todavia, experimentando crescentes dificuldades de sobrevivência, face a um mercado cada vez mais aberto e competitivo.

Fora da agricultura, apenas a prestação de serviços crescem de forma continuada, ocupando já o primeiro lugar em termos de emprego², graças sobretudo à expansão da oferta de serviços públicos (saúde, educação, bancos, assistência social, para citar apenas os mais relevantes). Nas áreas de indústria e comércio, a estrutura produtiva mantém-se muito débil e atomizada³, com padrões de inovação e organização pouco competitivos. A estrutura empresarial é, fun-

² Em 1991, a população activa de TMAD distribuía-se do seguinte modo: sector primário – 38,0%; sector secundário – 20,1%; sector terciário – 41,9%.

³ Os principais traços da “empresa típica” [de TMAD], podem ser assim sintetizados: baixas dimensões em

damentalmente, de carácter familiar, e dominada por pequenas e mesmo por micro-empresas, não existindo, por isso, uma densidade de rede capaz de promover o aparecimento de um número significativo de empresas consistentes, nem de estruturas de apoio às empresas, que promovam o seu progressivo amadurecimento. Em suma, *uma economia muito dependente de atividades tradicionais, pouco organizadas e sem dimensão crítica* (CCRN, 1999: 5).

Às situações sumariamente mencionadas, e exercendo sobre elas um substancial efeito de reforço, acrescem as graves insuficiências com que TMAD se continua a confrontar no plano das infra-estruturas, especialmente as de “desencravamento” da região – acessibilidades inter e intraregionais, redes de transportes, etc. – e dos equipamentos de várias ordens, que são condição indispensável para viabilizar as atividades económicas locais, para potenciar a eficiência e os resultados das mesmas e para tornar a região atrativa, tanto para os de dentro, isto é, para os que nela vivem e trabalham, como para os de fora.

Por tudo isso, TMAD soma dificuldades para reter e/ou atrair população, tendo perdido, entre 1960 e 1995, 213 mil habitantes, correspondentes a cerca de 30 % da sua população residente (CCRN, 1999: 14), uma perda que se faz sobretudo (e como é óbvio) por via das camadas etárias mais jovens e que atinge, de forma particularmente dramática, as áreas rurais. Mas a região tem também dificuldades enormes para atrair e/ou gerar investimento e para se adaptar às actuais tendências e exigências do sistema económico.

O contexto que resumidamente acabamos de traçar representa, em grande parte, o ponto de chegada da história recente das opções políticas tomadas em Portugal, em matéria de desenvolvimento, opções que, directa e indirectamente, acabaram por penalizar todo o interior do país, ao relegá-lo à condição de mero fornecedor de meios, muito especialmente de mão de obra, para a concretização de medidas e iniciativas de crescimento económico, concentradas no litoral, no espaço que, grosso modo, vai de Braga à península de Setúbal.

Decorrendo do que fica dito, os objetivos actualmente considerados como estratégicos e prioritários para o desen-

volvimento de TMAD focalizam-se em torno da criação de postos de trabalho e de fontes de rendimento, tendo em vista fixar, na região, pessoas e riquezas, partindo da valorização dos diversos recursos e capacidades regionais. No fundo, um desenvolvimento que diversifique e consolide a economia, estimule e dinamize o tecido social, e promova a integração harmoniosa do todo regional.

No âmbito destes objectivos, o turismo vem sendo preferenciado como um sector simultaneamente fulcral e instrumental. Fulcral, pelos resultados que directamente produz e pode produzir na criação de empregos, rendimentos, receitas fiscais etc. e pelas tendências actuais de crescimento que o caracterizam, o que, em conjunto, lhe confere uma centralidade estratégica no delineamento de políticas de desenvolvimento para a região; instrumental, pelas interligações sectoriais de que é tributário, já que, como é sabido, o turismo atua como instrumento de dinamização de todo um vasto leque de outras actividades, com as quais faz interface, tanto a montante como a jusante.

Esta centralidade, que o turismo vem ganhando como via a adotar, com vista à superação do atraso socioeconómico das áreas rurais em geral e, em particular, das mais desfavorecidas (como tendem a ser, entre outras, as áreas de montanha e do interior, como TMAD), decorre, em larga medida, das diretivas políticas emanadas da União Europeia, que, nos últimos anos, tem vindo a definir como orientação estratégica para o desenvolvimento daquelas mesmas áreas a necessidade de diversificar as respectivas economias, através do fomento de medidas de alcance multisetorial, que incluam atividades agrícolas e não-agrícolas.

Largamente inscrita no quadro geral das reformas – 1992 e 2000 – que têm contribuído à Política Agrícola Comum (PAC), evoluir no sentido de uma política rural mais integrada, sustentável e coerente, estas novas estratégias de desenvolvimento para as áreas mais desfavorecidas vêm privilegiando, como dissemos, a criação de actividades alternativas e inovadoras. As propostas e apostas para a concretização deste objectivo, recobrando, embora, um vasto leque de domínios⁴, destaca o turismo como particularmente capaz de contribuir para o desenvolvimento

termos de emprego (predominância das micro empresas, com menos de 10 empregados); volumes de venda por empresa inferiores a 25.000 contos por ano; comercialização regional e local de “outputs” nos mercados finais e intermédios; mínima internacionalização de transacções, quer a montante, quer a jusante; investimentos incidem mais na substituição da tecnologia existente, sendo a utilização de tecnologia de ponta relativamente baixa; investimento realizado preferencialmente nos ramos de fabricação de alimentos, bebidas; carpintaria metal-mecânica e transformação de ferro e aço, para a construção civil.

⁴ Incluindo, também, a transformação e venda de produtos agrários, o artesanato, os produtos locais, naturais ou transformados, o desenvolvimento e apoio à indústria ligeira e às microempresas, aos serviços

regional (CCE, 1992; LEADER Magazine, 1993). E, por isso, as instâncias governamentais portuguesas, e muito especialmente as comunitárias, multiplicam as formas e os meios de apoio financeiro, técnico e doutra ordem à concretização de iniciativas e projectos turísticos da mais variada natureza, nas regiões em causa. O turismo nestas regiões tem, de facto, se beneficiado de uma ampla gama de ajudas comunitárias, disponibilizadas, quer pelos Fundos Comunitários (principalmente o FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), quer por iniciativas comunitárias concretas, das quais cabe realçar o Programa LEADER (Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural).

2. COMPONENTES DA VISÃO INSTITUCIONAL DOMINANTE EM TMAD, SOBRE A RELAÇÃO TURISMO E DESENVOLVIMENTO

Embora de data recente, a inclusão do turismo nas idéias, estratégias e planos para desenvolver Trás os Montes e Alto Douro, rapidamente conquistou adesões dos mais variados quadrantes sociais e políticos de fora e, sobretudo, de dentro da região.

Esta adesão interna representa, de resto, uma das vertentes mais salientes daquilo que podemos designar como a visão institucional que, no interior da própria região, tem vindo a emergir e a afirmar-se como dominante, acerca do binómio turismo-desenvolvimento. Trata-se de uma visão que, em última instância, traduz e condensa a forma como a grande maioria dos agentes institucionais, regionais e locais, com ligação e responsabilidades no campo do desenvolvimento, em geral, e do turismo, em particular, tendem a perceber, a apreender e a representar a relação entre os dois termos do binómio em causa.

Entre os muitos elementos e aspectos que vêm convergindo e coincidindo no processo de formação dessa visão, melhor dito, dessa representação⁵ interna dominante, informando-a e modelando-a, aqui trataremos dos mais frequente e recorrentemente expressos e invocados pelas fontes que serviram de suporte empírico a este texto. Os traços que, a seguir, abordaremos, serão identificados no forma-

to de enunciados, tratados e ilustrados, a partir dos dados resultantes dos vários procedimentos de pesquisa adotados, com especial ênfase dos que resultam da análise de extratos discursivos recolhidos direta e indiretamente.

2.1. AS EXPECTATIVAS À VOLTA DO TURISMO SÃO MUITO ELEVADAS E MUITO OTIMISTAS

Apesar de só muito recentemente ter passado a integrar o debate, a reflexão e, sobretudo, os múltiplos esforços de construção de propostas para o desenvolvimento de TMAD, o turismo vem fomentando, no interior da região, uma vaga generalizada de otimismo e de confiança. As virtualidades de que a relação turismo-desenvolvimento de TMAD é e pode ser portadora, são hoje convictamente admitidas por uma imensa maioria de atores locais e regionais, para os quais o turismo representa já uma via incontornável, para superar os problemas de desenvolvimento da região. Desta convicção se colhe, aliás, abundante evidência em conteúdos documentais de diverso tipo e origem, como os que, a título de exemplo, passamos a citar:

O turismo é (...) a maior potencialidade de Trás os Montes e Alto Douro (AMTAD, 1997: 36).

A importância do sector [turismo] para o desenvolvimento da região (...) é de relevante interesse estratégico (B. Ferreira⁶, 1999: 6)

As opiniões recolhidas nas entrevistas aos vários actores locais indicam uma idéia muito consensual, a de que o desenvolvimento da região não pode ser conseguido sem passar por uma aposta forte e integrada no turismo (Vilas Boas, 1999: 45)

Diversos quadrantes da sociedade bragançana e nordestina com alguma insistência, vêm afirmando a idéia de que o turismo pode e deve ser o setor estruturante do desenvolvimento da região. Esta é uma idéia algo enraizada, não apenas no simples cidadão interessado e preocupado com a situação atual da região e com as suas perspectivas de desenvolvimento, mas também em diversos responsáveis institucionais (Branco, 2000:6).

Neste mesmo sentido apontam também os resultados de uma investigação que fizemos, em finais do ano pas-

especializados de contratação, ao comércio e serviços de proximidade, às empresas ou ações relacionadas com o ambiente, ao desporto e ao lazer.

⁵ *une représentation est la traduction mental de la perception que chacun a de la réalité: c'est "l'idée que l'on se fait des choses". (...) Elles sont évidemment capitales dans la vie: c'est a partir d'elles que l'on agit pour résoudre un problème, prendre parti, construire l'avenir.* (J. Gauter, 1998: 90)

⁶ Presidente da Região de Turismo do Alto Tâmega e Barroso (uma subregião de TMAD).

sado (2000), aos presidentes das 26 Câmaras municipais dos distritos de Bragança e Vila Real, que visava, entre outros fins, apurar a importância por eles atribuída ao turismo, para o desenvolvimento dos territórios sob sua administração (conselhos) (Ribeiro, 2000). Com efeito, e em resposta à questão “*Numa escala de 1 (importância mínima) a 10 (importância máxima), que classificação atribui ao turismo para o desenvolvimento socioeconômico do seu concelho?*”, 12 dos inquiridos indicaram a classificação 10, fixando-se a nota mínima recolhida em 5, a qual foi indicada por apenas 3 dos respondentes. As restantes 11 respostas distribuíram-se pelo intervalo de 5 a 10. Estes resultados são claramente demonstrativos do elevado nível de otimismo, direi mesmo entusiasmo, dos atuais autarcas transmontano-durienses, acerca do turismo.

Porém, e talvez melhor do que nos números apurados, é no teor e no tom das justificativas com que complementam e elucidam as respostas à pergunta acima formulada, que os autarcas deixam exposta a muita confiança que impregna as suas expectativas sobre o turismo e o futuro da região.

- (...) só o aproveitamento [turístico] da paisagem, do património, do ambiente, da gastronomia, pode dinamizar economicamente esta área geográfica;
- o turismo deve ser a vindima permanente do Douro;
- (...) é o sector que mais poderá potenciar todas as outras actividades conômicas... deste concelho;
- o turismo (...) numa zona de montanha como a nossa (...) é a vertente mais importante da nossa estratégia de desenvolvimento.

A representação predominante entre os agentes institucionais de TMAD, relativamente ao conjunto turismo-desenvolvimento de regiões desfavorecidas, inscreve-se na esteira e, em boa medida, reproduz, o que se tem tornado coerente sobre o assunto, um pouco por toda a União Européia, mormente ao nível dos dirigentes das Administrações Locais, mas também noutras instâncias do poder político – nacionais e, muito principalmente, comunitárias –, em círculos técnicos e académicos ligados a problemáticas do desenvolvimento regional e local, e de segmentos cada vez mais significativos da chamada sociedade civil (CCE, 1992; Nilson, 1997; Arell, 1999).

2.2. O POTENCIAL TURÍSTICO REGIONAL É IDENTIFICADO E RECONHECIDO COMO MUITO ELEVADO

As verdadeiras “profissões de fé”, que se vêm afirmando acerca dos contributos que o turismo pode dar ao desenvolvimento das regiões ditas desfavorecidas, apresen-

tam, quase sempre, como principal pilar de sustentação, os divesos elementos de atração turística que a procura atual vem reconhecendo nestas regiões.

Com efeito, constata-se que estas regiões são justamente as que, em grande parte, dispõem de respostas para as novas motivações que se desenham e consolidam no campo da demanda turística, para os novos interesses, expectativas e preocupações que elas veiculam, para os novos valores que as inspiram e orientam.

O quadro das novas tendências da demanda vem, efetivamente, dando passo à descoberta de fatores de atração turística em regiões do interior, em regiões desfavorecidas, ou seja, em regiões com praticamente nenhum antecedente na área do turismo. Tal descoberta vem dando às ditas regiões contornos de uma nova vocação, promovendo-as à categoria de destinos turísticos.

No caso concreto de Trás os Montes e Alto Douro, a menção e a inventariação de muitas e variadas potencialidades da região no seu conjunto, e de cada uma das zonas que a integram, constituem uma referência central e onipresente do discurso que os agentes regionais vêm produzindo, para justificar o seu elevado nível do optimismo e entusiasmo, em relação ao papel do turismo:

(...) diversas valências que o Douro e Trás os Montes oferecem, num potencial [turístico] invulgarmente rico (...) (SPIDOURO, 1999:10)

(...) todas as publicações existentes sobre a região, nomeadamente aquelas que são publicadas pelas instituições locais e/ou regionais, apresentam a região como possuidora de um potencial turístico assinalável (SPIDOURO, 1999: 20).

(...) as fantásticas potencialidades existentes a nível turístico (ADRAT, 1999:30).

As elevadas potencialidades (...). Recursos turísticos relevantes, organizados em torno do vale do Douro (...) Um conjunto de recursos turísticos de valor, dispersos em toda a região de TMAD... (AMTAD, 1997: 18 e 37).

2.3. O “ATRASO” E O “PASSADO” DA REGIÃO CONSTITUEM A MATRIZ DE REFERÊNCIA DAS PRINCIPAIS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS QUE LHE SÃO ATRIBUÍDAS

As “inúmeras potencialidades para o turismo” que são, hoje, consensualmente atribuídas e reconhecidas a TMAD, reportam-se, no essencial, a produtos do subdesenvolvimento da região, a recursos que ela ainda conserva, por

ter sido “poupada” (pelos motivos que são sobejamente conhecidos) dos *estragos do desenvolvimento*, essencialmente bens ambientais, mas também culturais e outros.

A maneira como se processou – melhor, como não se processou – o nosso desenvolvimento, permite-nos ter um património ambiental e cultural riquíssimo e de grande qualidade. (...) meio ambiente e cultura? Parece saltar à vista que é o melhor que temos para promover valorizar e vender (Monteiro, 2000: 8).

os recursos naturais do Alto Tâmega⁷ são a sua principal fonte de riqueza (...) os produtos ecológicos e agro alimentares tradicionais (ADRAT, 1999: 17).

(...) em termos do aproveitamento das potencialidades turísticas da região do Nordeste Transmontano⁸ (...) cabe referência à componente natural bastante diversificada (...) pouco degradada pela ocupação humana, essencialmente no que respeita à atividade industrial (Batouzas, 1998: 83).

A par do “atraso”, e com ele entrecruzado, o passado da região aparece como outra referência basilar das potencialidades turísticas tidas como mais exclusivas e mais importantes de TMAD, concretamente representadas pelo seu património arqueológico, histórico- monumental, as suas tradições, usos e costumes, as produções artesanais, entre outros.

Um pouco por toda a região, são visíveis elementos (...) que (...) nos transportam para eras passadas. O diversificado património construído (algumas aldeias, capelas, pelourinhos, castelos, castros, igrejas, conventos, estradas e pontes romanas), é, em conformidade com as posições da maioria dos inquiridos, uma componente importante e a integrar na oferta turística global (Vilas Boas, 1999: 50).

A arqueologia do Douro Superior, entre a qual sobressaem as gravuras [rupestres] do Côa; os conventos e mosteiros do Douro Sul e a profusão do seu românico (SPIDOURO e ADDS, 1999: VI).

Os principais recursos que entram na composição do produto Douro são (...) a tradição cultural (património histórico das cidades e disperso na mancha rural, museus e cultura popular, gastronomia e etnografia. (AMTAD, 1997: 37)

Em termos do desenvolvimento global da região, esta tão extensa e estreita vinculação da atratividade turística de TMAD ao seu passado e, sobretudo, ao atraso socioeconómico que regista, vem, entretanto, sendo percebida como geradora de alguma contradição, configuradora mesmo de uma situação algo paradoxal. É que alguns dos fatores que mais aparecem mencionados como fontes dos principais atrativos turísticos, como aspectos que mais decisivamente contribuem para tornar TMAD atrativa aos olhos dos turistas, e, portanto, considerados como aspectos positivos da região, são exactamente os mesmos que aparecem também mais referidos como desincentivadores de eventuais investidores industriais e outros, e como aspectos que mais decisivamente contribuem para tornar a região pouco atrativa aos olhos dos residentes, mormente dos mais jovens, e, portanto, considerados como aspectos negativos de TMAD. Estou a referir-me a factores como a *ruralidade remota*, a *perifericidade* e o *isolamento*, entre outros.

2.4. MUITOS (E DIFÍCEIS) OBSTÁCULOS A ULTRAPASSAR

Curiosamente, ou talvez não, estes mesmos fatores associados à situação de atraso e de perifericidade que, genérica e persistentemente, tem caracterizado a região, são, por outro lado, identificados como a origem direta dos maiores entraves e estrangulamentos que afetam o turismo em TMAD, cerceando e limitando a conversão das potencialidades turísticas detetadas em verdadeiros recursos – postos de trabalho, rendimentos, dinamismo, etc. – que promovam a região.

Frequentemente apelidados de “estruturais” (CCRN, 1999: 72), estes entraves, as permanentes referências à sua existência, às suas causas, alcance e impactos, às interrelações que os percorrem, formam uma das mais notórias e articuladas dimensões do que, aqui, temos vindo a tratar como sendo a visão institucional reinante em TMAD, acerca do turismo e do seu papel no desenvolvimento regional.

Dos variados domínios pelos quais tais entraves e obstáculos estruturais se repartem, passamos a indicar alguns dos que aparecem, invariavelmente, mencionados e sublinhados como mais determinantes, por todas as fontes de informação (directa e indirecta) a que recorreremos para a elaboração deste trabalho, a saber:

- Recursos humanos: rarefação demográfica e empresarial da região; mão de obra pouco qualificada; reduzida capacidade de iniciativa e um diminuto espírito empre-

⁷ Subregião de TMAD.

⁸ Subregião de TMAD.

sarial, fraca capacidade de investimento, técnica e de gestão;

- Infra-estruturas e equipamentos: acessibilidades⁹ inter e intra-regionais deficientes; meios de transporte e de comunicação insuficientes e de baixa qualidade; falta de equipamentos desportivos, culturais e de lazer, para mencionar apenas os mais citados;
- Enquadramento institucional: peso excessivo de centralização institucional¹⁰; a pesada burocracia envolvida, por exemplo, nos processos de candidaturas a fundos de apoio ao investimento; inadequação e desatualização das iniciativas, mormente de medidas de política de tipo generalista, que não levam em conta as especificidades regionais, o que dificulta, restringe ou mesmo anula a sua aplicabilidade; debilidades financeiras, técnicas, operacionais e funcionais das instituições regionais e locais; escassez de informação, etc;
- Estética da paisagem: disfunções e degradação das paisagens natural, humana e, sobretudo, construída;
- Mercados regionais/locais: em particular possuem uma dimensão muito restrita;
- Distância em relação aos centros de poder e de decisão: TMAD é a região do país que, relativamente à principal sede do poder em Portugal (Lisboa), apresenta a maior distância física, quer em termos absolutos, isto é, em quilómetros, quer em termos relativos, ou seja, em tempo para os percorrer. Por outro lado, a progressiva redução do número de votantes na região, decorrente da sua erosão demográfica e, bem como o fraco contributo do produto regional na formação da riqueza nacional, têm alongado outro tipo de distância entre TMAD e Lisboa, a saber, a distância política.

2.5. A AFIRMAÇÃO E A CONFIRMAÇÃO DE UM PRINCÍPIO

Largamente consensuais nas suas elevadas expectativas, quanto aos contributos do turismo para o desenvolvimento de TMAD, a maioria dos diversos agentes regionais mostra-se, todavia, reservada e renitente à idéia de o ver convertido em futuro centro ou sector nuclear da economia regional.

O turismo não pode ser o principal suporte da economia regional. Será sempre uma actividade complementar (Presidente de um órgão

regional do turismo, em entrevista realizada no âmbito do FTMAD¹¹)

Assentar o desenvolvimento da região no turismo, é um grande risco. (Empresária, em entrevista realizada no âmbito do FTMAD)

Estamos convencidos que o turismo é (tão somente) um dos vectores importantes de desenvolvimento de Trás os Montes (Director de um dos Espaços Naturais Protegidos – ENPs – de TMAD, em entrevista realizada no âmbito do FTMAD).

Nos conteúdos destas citações, perpassa, abertamente, a convicção de que, embora pesem as perspectivas favoráveis que o turismo pode aportar à região, o desenvolvimento desta exige, como condição da sua sustentabilidade, a integração de todos os setores e das várias actividades que cada um comporta, de modo especial aquelas que os recursos endógenos mais potencializam – as actividades agrárias, com destaque para a vinicultura, mas, também, para outras produções locais, detentoras de denominação de origem protegida, tais como o azeite, os frutos secos, as raças bovinas e ovinas autóctones, as agroindústrias, as indústrias extractivas tais como rochas ornamentais e águas, entre outras.

O carácter de complementariedade, geralmente atribuído ao turismo, tem a ver com a óbvia interdependência que pode ocorrer entre o turismo e a maior parte destas actividades. Mas, remete, também, para a constatação da estreita ligação do turismo aos recursos do ambiente natural, os quais se caracterizam por serem frágeis e vulneráveis. Face a estas circunstâncias, não é difícil prever que a conversão do turismo em sector central da economia regional implicaria que TMAD atingisse níveis de crescimento que, a curto e médio prazo, induziriam à sua própria morte, por destruição dos recursos que eram a principal razão da sua existência.

2.6. UMA LIGAÇÃO CONSIDERADA COMO “UMBILICAL”

Em TMAD, a agricultura é abertamente considerada um dos mais determinantes e fecundos esteios do turismo, sendo responsável pela produção de alguns dos elementos mais apelativos e distintivos da oferta turística regional. Destaca-se pela produção de bens materiais, à qual, direta e indiretamente, se reportam alguns dos produtos

⁹ Rodoviárias, ferroviárias, fluviais e aéreas.

¹⁰ Em Portugal, não existem estruturas de poder administrativo de nível regional. Apenas existem as de níveis central e local.

¹¹ Forum de Trás os Montes e Alto Douro (Grupo de Estudo do Turismo – Ribeiro, Marques e outros, 2000).

turísticos mais emblemáticos de TMAD, como são o ecoturismo, a gastronomia e o agroturismo. Mas, também, pela produção de bens imateriais, inerentes à sua plasticidade funcional, mais em concreto às suas funções territoriais – contribuição para uma ocupação mais equilibrada do território – e às suas funções ambientais, às quais se liga a produção de bens ecológicos diversos, muito especialmente a produção e a conservação de paisagens antrópicas, cuja diversidade, beleza e singularidade¹² ninguém, tanto do lado da procura, como da oferta, tem dúvidas em classificar como o primeiro cartaz turístico de TMAD (Ribeiro e Diniz, 1995; Ribeiro, 1998; Ribeiro e Marques, 1999; Ribeiro e Mergulhão, 2000).

Esta conotação agrária do turismo em TMAD é afiorada repetidamente no discurso dos agentes institucionais da região, os quais tendem, por via de regra, a salientar o carácter forte, imperativo e, por consequência, inquestionável de tal conotação.

Sem agricultura, sem campo, o turismo em TMAD desmorona-se. É preciso manter a agricultura (Empesário de TER¹³, em entrevista realizada no âmbito do FTMAD).

Há que investir na agricultura para criar condições de apoio e sustentabilidade ao turismo (Director de um dos Espaços Naturais Protegidos – ENPs – de TMAD, em entrevista realizada no âmbito do FTMAD).

O que caracteriza o Parque Natural do Montezinho¹⁴ são os lameiros, os castanheiros, que foram “feitos” por pessoas. Sem lameiros, sem castanheiros e sobretudo sem pessoas não há turismo no Parque do Montezinho. A desertificação é fatal (Director de um Gabinete de Apoio Técnico – GAT – de TMAD, em entrevista realizada no âmbito do FTMAD).

Existe [na região] uma matriz primária – agricultura e meio natural – que tem de ser mantida. (Responsável por uma instituição regional da área da Cultura, em entrevista realizada no âmbito do FTMAD).

A visão da atividade turística deve ser complemento da atividade [agrária] dos locais (Técnico superior de turismo, em entrevista realizada no âmbito do FTMAD).

2.7. UM “INGREDIENTE” CONSIDERADO OBRIGATÓRIO

O turismo em TMAD é, como ficou dito, um setor de desenvolvimentos bastante recente que, não obstante o sentido tendencialmente positivo da evolução dos seus principais indicadores – oferta, procura, emprego, rendimento e dinâmicas institucionais –, apresenta um carácter ainda muito incipiente. Isto significa que, como afirma Ferreira (1999: 6T), a região está *ainda longe de uma exploração adequada de todas as potencialidades turísticas* que detém.

E, a propósito do muito que falta fazer e concretizar, para que tal se verifique, são muitos os que concordam em eleger a criatividade como um “ingrediente” a incorporar, obrigatoriamente, nos processos de aproveitamento e valorização dos recursos endógenos de TMAD, como condição necessária à salvaguarda de uma maior capacidade afirmativa e competitiva da região, face a outras com ofertas turísticas semelhantes.

A criatividade é fundamental para o nosso turismo (Responsável associativo, em entrevista realizada no âmbito do FTMAD).

O turismo é também uma questão de imaginação! (Director de empresa, na sessão de apresentação do estudo Socintec e Spidouro, 2000).

O reconhecimento crescente da importância do fator criatividade decorre, basicamente, de dois tipos de constatações. Por um lado, a consciência de que é absolutamente necessário construir uma oferta regional que se afirme como diferenciada, por ser certo que, *cada vez mais as correntes turísticas, emanando essencialmente das zonas urbanas, procuram o que é diferente e genuíno: diferente por não ser urbano, genuíno por não ser possível encontrar idêntico noutra local* (Marques, 1988: 24. Grifo nosso). Ser criativo no tipo de serviços e produtos oferecidos aos turistas e na forma como os mesmos são prestados, contribuirá, decisivamente, para potencializar a originalidade da oferta regional.

Por outro lado, a criatividade é também assumida como um requisito indispensável à concretização de um amplo espectro de oportunidades (empresariais, e não só) que o desenvolvimento do turismo na região propicia e

¹² Refira-se, a este propósito, que se encontra actualmente em curso e com desfecho previsto para Dezembro de 2001, a candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial da UNESCO, na categoria de “Paisagem Cultural”, uma classificação criada apenas em 1992 para as paisagens que combinam o trabalho humano com os valores naturais, constituindo um valor universal excepcional.

¹³ TER- Turismo em Espaço Rural.

¹⁴ Um dos cinco Espaços Naturais Protegidos (ENPs) actualmente existentes em TMAD.

exige. Esta multiplicidade de oportunidades, mais em concreto de oportunidades empresariais, é função do muito que há ainda a fazer no campo da oferta turística de TMAD. Dito por outras palavras, é função da necessidade de expansão e qualificação da oferta existente, e de diversificação e criação de ofertas novas, visando colmatar lacunas existentes ao nível dos componentes mais convencionais da oferta (alojamento, restauração, transportes, etc.), e/ou preencher componentes que estão agora a emergir no campo da animação em geral, ligadas, entre outras, a novas práticas desportivas, de fruição da natureza, do património etc., e, também, associadas à afirmação e consolidação de novos e muito interessantes segmentos da procura, tais como pensionistas, crianças, deficientes físicos etc.

3. ALGUMAS NOTAS PARA CONCLUIR

O texto que acabamos de apresentar corresponde, no essencial, a uma tentativa de (re)construção do que se vem afigurando como sendo a visão predominante entre os agentes institucionais relevantes de TMAD, acerca do turismo e o desenvolvimento da região, a partir da identificação e esclarecimento de aspectos, traços e dimensões que a indiciam e concorrem para lhe dar forma. Para tanto, selecionamos um conjunto de tópicos que, dadas a frequência e a ênfase com que vêm sendo mencionados, se podem tomar como algumas das componentes mais salientes e expressivas daquela visão, a qual há-de, obviamente, incluir outras que aqui não foram abordadas.

Um conhecimento mais fino e mais apurado desta visão, em particular das representações que a compõem, obriga, todavia, a que se investiguem as consequências práticas da mesma, isto é, a que se averigüem os desenvolvimentos práticos e concretos que tal visão (não) vem tendo. Requer, com efeito, que as idéias, as perspectivas que as formulações discursivas veiculam, sejam contrastadas com os resultados objectivos e as consequências concretas do processo, relativamente recente ainda, de desenvolvimento do turismo na região.

A visão institucional de que nos ocupamos apresenta, como anteriormente se disse, uma considerável margem de coincidência com visões do mesmo tipo, detectáveis no exterior da região, nomeadamente da parte de várias instâncias da Administração Central. Não constituirá, ainda assim e por certo, a única existente em TMAD, quer dizer, a visão uniformemente partilhada por todos os secto-

res da sociedade regional. Sinais, ainda relativamente embrionários e dispersos e à espera de estudos empíricos que os confirmem, deixam “adivinhar” a formação de outras visões internas, mais ou menos afastadas e discordantes desta, protagonizadas, entre outros, por “grandes” investidores externos em potencial, a operar na região, bem como, pelas populações locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRAT. “Plano de Acção — Agência de Desenvolvimento Regional do Alto Tâmega”. Chaves, 1999.

AMTAD – Associação de Municípios de Trás os Montes e Alto Douro – (ed.) (1997), “Estudo Estratégico para o Desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro”.

ARELL, N. – 1999 – “The Evolution of Tourism in the Tarn Mountains: Arena and Actors in a Periphery”. In Frances Brown and Dereck Hall (eds.) *Case Studies of Tourism in Peripheral Areas*. Proceedings from an International Seminar on Bornholm, Sept. 1997. Unit of Tourism Research at Research Centre of Bornholm, p. 135-155.

BATOUXAS, M. “O Turismo como Componente das Novas Abordagens e Propostas de Desenvolvimento Rural. Análise Exploratória de alguns Instrumentos Recentes de Política Regional na Terra Quente Transmontana”, Tese de Mestrado em Agricultura, Ambiente e Mercados, UTAD, Vila Real, 1998.

BLOMGREN, K.B. “Peripherality- Factor or Feature? Reflections on Peripherality in Tourism Research” *Progress in Tourism and Hospitality Research*, 4, p. 319-336, 1998.

BRANCO, A. “Turismo, Património e Desenvolvimento”. In *Mensagem de Bragança*, “Forum Nordeste”, 21/04, p. 6, 2000.

CCE (Comissão das Comunidades Europeias). “Proposta Alterada do Conselho Relativa a um Plano de Acções Comunitárias – Medidas Comunitárias a favor do Turismo”. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* 12 (5):13-93, 1992.

CCRN – Comissão de Coordenação da Região Norte – “Trás os Montes e Alto Douro. Diagnóstico Prospectivo e Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 91-100, jan./jun. 2002

Orientações Estratégicas” (Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social). Porto, 1999.

FERREIRA, B. “Salto Turístico de Qualidade”. In *Lusitano*, 21/8, p. 6T, 1999.

GAUTER, J. “Enseignement Technique, Formation Professionnelle et Territoire”. *POUR*, nº 160, p. 85-93, 1998.

LEADER Magazine, nº 4, Outubro de 1993.

MONTEIRO, J.R. “Turismo, Património e Desenvolvimento”. In *Mensageiro de Bragança*, “Forum Nordeste”, 09/06, p. 8, 2000.

NILSON, P. A. “Tourism’s Role in New Rural Policy for Peripheral Areas. The Case of Arjeplog”. In Frances Brown and Dereck Hall (eds.) *Case Studies of Tourism in Peripheral Areas*. Proceedings from an International Seminar on Bornholm, Sept. 1997. Unit of Tourism Research at Research Centre of Bornholm, p. 157-179, 1999.

RIBEIRO, M. “Procuras Urbanas, Ambiente(s) e Desenvolvimento de Regiões do Interior”. Comunicação apresentada ao Foro sobre “Desarrollo Local en los Municipios de Frontera”, organizado pela Fundação Rei Afonso Henriques, Bragança, Escola Superior de Tecnologia e Gestão, 21 e 22 de Março de 2000.

RIBEIRO, M. e MERGULHÃO, L. “Turismo e Desenvolvimento Local – A Perspectiva dos Autarcas”, Comunicação apresentada ao IV Congresso Nacional de Sociologia, Fac. de Economia, Coimbra, Portugal, 17-19 de Abril de 2000.

RIBEIRO, M., MARQUES, C. e outros. “Tema 4- Turismo. Diagnóstico e Orientações Prospectivas. Relatório Final”. Forum de Trás os Montes e Alto Douro, Vila Real, Junho de 2000.

RIBEIRO, Manuela. “Turismo Rural e Desenvolvimento na Região Douro – Processos e (alguns) Resultados da Evolução Recente do Sector. In *Douro. Estudos e Documentos*, nº 6, p. 25-49, 1998.

RIBEIRO, Manuela e DINIZ, F. “Turismo Rural enquanto Alternativa de Desenvolvimento de Regiões Desfavorecidas – Potencialidades e Limites”. Comunicação apresen-

tada ao 3rd International Congress of the Mediterranean Association of Tourism, Estoril, Portugal, 20-22 April, 1995.

RIBEIRO, M. e MARQUES, C. “Rural Tourism and the Development of Less Favoured Areas. Between Rhetoric and Practice” Comunicação apresentada ao XII Summer Institute of the European Regional Science Association, “Tourism Sustainability and Territorial Organization”, Faro, Portugal, 4-10 July, 1999.

SOCINTEC, E & SPIDOURO. “Diagnóstico Estratégico do Potencial Turístico do Douro”. Documento Síntese. Estudo elaborado para a Fundação Rei D. Afonso Henriques e apresentado no Pinhão em 4 de Maio de 2000.

SPIDOURO, Q. “Douro – O Rio, A Vinha e o Vinho; Alto Tâmega – Termalismo, Ruralidade e Património; Douro Superior – Arqueologia e as Arribas do Douro”, Candidatura PITER de Trás-os-Montes e Alto Douro, Relatório de Síntese. Vila Real, 1999.

SPIDOURO, Q. & ADDS. “Douro Superior- Arqueologia e Arribas”. Candidatura P.I.T.E.R. do Douro Superior. Vila Real, 1999.

SPIDOURO, Q. & ADRAT (1999), “Alto Tâmega – Termalismo, Ruralidade e Património”. Candidatura P. I.T. E. R. do Alto Tâmega e Barroso. Vila Real.

VILAS BOAS, D. (1999), “Novas Actividades no Espaço Rural Transmontano. Uma Oportunidade no Combate à Desertificação Humana”. Relatório Final de Estágio da Licenciatura em Eng^a Agrícola, UTAD, Vila Real.